

Fargo e a prova do pudim

SUCESSOS DA DIPLOMACIA SÃO CELEBRADOS ANTES QUE SE SAIBA SUBSTÂNCIA DE ACORDOS

MARCELO DE PAIVA ABREU

As negociações relativas à Alca estão chegando a momento crucial com a reunião de Puebla esta semana. Começará a ficar definida qual será afinal a substância de um possível acordo com base na "geometria variável" acordada na cúpula de Monterrey, em novembro passado. O único ponto que está claro é que diferentes países poderão assumir compromissos diferenciados quanto a disciplinas relacionadas aos diversos temas. O que está longe de estar claro é em que medida a limitação de compromissos quanto a temas sobre os quais o Brasil é reticente redundará em redução de possíveis compromissos de abertura de mercados, especialmente dos Estados Unidos. Isso poderia afetar a oferta final norte-americana, seja durante o período de transição da área de livre comércio, seja permanentemente, com a aplicação da interpretação consagrada de que a liberalização deve afetar "substancialmente todo o comércio".

Houve declarações peremptórias por parte de negociadores brasileiros de que não há, nem poderá haver, conexão entre os dois assuntos. Dada a importância dos temas sensíveis para o Brasil para significativos interesses pró-Alca nos EUA, a aceitação dessa tese panglossiana significa presumir que os EUA, por alguma razão misteriosa, tivessem abandonado a defesa de seus "interesses nacionais". De fato, se os EUA estiverem dispostos a negociar a eliminação no longo prazo de seu protecionismo quanto a acesso - sempre com as ressalvas de antidumping e subsídios agrícolas, em tese reservados para a OMC -, que esperança podem ter que o Brasil no futuro aceite disciplinas mais duras quanto aos temas aos quais é refratário? Puebla será um teste importante para determinar se a comemoração, que se seguiu à cúpula de Monterrey, era fundada ou apenas mais um episódio em que a forma prevaleceu sobre conteúdo, no bojo de uma diplomacia que dá importância que parece excessiva aos aspectos midiáticos.

A posição dos EUA quanto a temas como investimentos, freqüentemente citada, é de fato inaceitável para um país cioso quanto à sua soberania. Mas há outros aspectos muito mais controversos. Por exemplo, é muito discutível se o Brasil deve dar a importância que parece estar dando à preservação de margem de manobra na concessão de incentivos a investimento direto estrangeiro atrelados a metas de desempenho exportador. O nosso retrospecto quanto ao assunto é bastante medíocre. E há certamente formas melhores de tentar emular os sucessos da política tecnológica das economias asiáticas.

Do outro lado da mesa, a predisposição inicial norte-americana quanto a uma negociação ampla que incluísse a melhoria de acesso para as exportações brasileiras, sempre algo etérea, está diminuindo rapidamente. O USTR Robert

Zoellick tem dificuldade em manter discurso que não explicita as contradições da política comercial dos EUA. De um lado, mostra arrependimento quanto ao seu alinhamento ao protecionismo europeu antes da reunião da OMC em Cancún e tenta dar alento à retomada das negociações em Genebra. Por outro, é forçado a mostrar compromisso com o protecionismo, essencial à sua sobrevivência política. Em entrevista recente a uma estação de rádio de Fargo, Dakota do Norte, reduto de produtores de beterraba que se opõem à liberalização do regime açucareiro dos EUA, mostrou de novo ambivalência quanto ao que de fato quer manter sobre a mesa de negociações.

Declarou que não seria feita qualquer concessão ao açúcar australiano nas negociações bilaterais dos EUA com aquele país, pois a Austrália não é um país em desenvolvimento. O senador democrata Kent Conrad, comemorando a declaração, disse que "quando lutamos pelo açúcar... estamos de fato lutando pela nossa sobrevivência econômica" e passou a criticar a liberalização do regime açucareiro dos EUA nas negociações com as economias centro-americanas, paralelas à Alca. Se estivesse na Flórida, no Maine ou na Pensilvânia, Zoellick teria de dizer o mesmo quanto a suco de laranja, calçados e aço, e outros senadores protecionistas estariam cantando vitória. Isto apenas confirma as enormes dificuldades de o Brasil extrair das negociações hemisféricas concessões efetivamente relevantes, mesmo que a postura quanto ao assunto fosse menos hostil do que efetivamente é.

Uma Alca fraca poderia ser pelo menos em parte compensada pela expansão do comércio fora do hemisfério. Mas a política externa recente, embora contenha elementos estratégicos corretos, está baseada em alicerces ainda frágeis, mesmo que se relevem tropeços mais óbvios no Caribe e no mundo árabe. A aproximação com Índia, China e África do Sul é desejável, desde que não afete as relações com os atuais grandes parceiros comerciais, financeiros e políticos do País. A ampliação do Mercosul é também desejável, embora ainda mais importante seja seu aprofundamento e a criação de instrumentos que evitem as recorrentes crises de relacionamento com parceiros à raiz de questões comerciais. Mas a política externa necessita ir além de declarações de intenções e simples acordos-quadro. Qual a efetiva substância dos acordos comerciais com os novos parceiros estratégicos do País? A prova do pudim da atual política externa brasileira é como essa pergunta será respondida.

Correção - Em artigo publicado neste espaço em 5/1/2004, ao resenhar a biografia de Roosevelt pelo controvertido Conrad Black, enfatizei alguns erros de fato contidos no livro. Uma das críticas foi indevida: ao contrário do que sugeri, Lord Black conhece a genealogia dos Chamberlain, pai e filhos. Essa correção não altera a avaliação que fiz do livro quanto a outros erros de fato e às suas interpretações discutíveis.